



Protásio Nene/AE

Matsumoto (ao microfone) fala no seminário: resgatar credibilidade

Credores querem que Brasil pague atrasados

BRASÍLIA — O presidente do Citicorp, John Reed, e o vice-presidente do Banco de Tóquio, Eiichi Matsumoto, cobraram ontem do governo a parcela de juros não paga pelo País desde junho do ano passado. Para Reed, presidente do maior credor privado do Brasil, o pagamento dos atrasados seria “importante psicologicamente” para a renegociação da dívida brasileira.

O representante do banco japonês foi mais direto. “O primeiro passo para restabelecer a credibilidade da comunidade financeira internacional em relação ao Brasil é eliminar o quanto antes esta situação de inadimplência no pagamento dos juros”, disse Matsumoto. O negociador oficial da dívida, embaixador Jório Dauster, considerou naturais as exigências dos banqueiros. “Se eles não cobrarem os atrasados, serão demitidos pelos acionistas.”

O último dia do Seminário sobre a Renegociação da Dívida Externa, no auditório Petrônio Portella, no Senado, serviu para antecipar a discussão entre o governo e os bancos privados, credores de US\$ 63 bilhões dos US\$ 115 bilhões devidos pelo Brasil. O embaixador Jório Dauster admitiu que os juros atrasados preocupam muito o governo, mas observou que eles não podem ser pagos. A dívida em atraso desde junho do ano passado corresponde a cerca de US\$ 8 bilhões, o equivalente ao volume de reservas do País. “Os juros atrasados são um bloco de gelo que pode provocar um desastre na negociação”, comparou Dauster. Ele qualificou sua visão do problema como “extremamente franca e honesta”.

CONGRESSO

Pela primeira vez, o negociador da dívida brasileira atribuiu publicamente ao Congresso uma participação ativa no acordo com os credores. “Pela sua importância para o País, a solução da dívida externa passa pelo Congresso, que assumiu responsabilidades com a nova Constituição”, destacou Dauster.

O artigo 52, incisos 7º e 8º da Constituição, determina que compete privativamente ao Senado dis-

No artigo 49, a Constituição delega competência exclusiva ao Congresso para “resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”.

O embaixador Jório Dauster declarou que o governo pretende “rever as condições em que essa dívida escapou do controle”, ao comentar a explosão dos juros internacionais, no fim da década de 70, e a depreciação dos preços das matérias-primas exportadas pelo Brasil. Ele lembrou que o Plano Brady reconheceu a redução da dívida como um dos itens de renegociação da dívida e negou que o País esteja usando os juros atrasados para conseguir uma boa negociação. Dauster condicionou o pagamento dos atrasados à capacidade do setor público.

A curto prazo, segundo o diretor de Câmbio e de Assuntos Internacionais do Banco Central, Antônio Cláudio Sochaczewski, essa hipótese está descartada. Para conseguir liquidar os compromissos que vencem este ano, o Brasil teria de obter um superávit comercial (ou um ajuste fiscal) de US\$ 23 bilhões — um resultado que não foi alcançado nem nos melhores anos da economia brasileira.

MÉXICO

Por várias vezes, o presidente do Citicorp, John Reed, citou o acordo mexicano como exemplo a ser seguido pelo Brasil. “O México nunca atrasou os juros, pagou um custo imenso, mas já está recebendo entre US\$ 5 bilhões e US\$ 6 bilhões de investimentos estrangeiros”, garantiu. Já o representante do Banco de Tóquio, Eiichi Matsumoto, reconheceu que os bancos japoneses se retiraram do México porque não concordavam com as bases da negociação, que se inspirou no Plano Brady.

Reed afirmou, ainda, que muitos bancos “vão ficar nervosos” com a negociação proposta pelo governo brasileiro de reunir um a um os trinta maiores credores. Para ele, isso poderá criar algumas dificuldades para a renegociação. O vice-chairman do Banco de Tóquio é a favor da negociação com o comitê